

REFLEXÕES SOBRE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS¹

REFLECTIONS ON A PEDAGOGIC PROPOSE FOR THE SERVICES OF COEXISTENCE AND STRENGTHENING OF BONDS

REFLEXIONES SOBRE UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA PARA EL SERVICIO DE LA CONVIVENCIA Y EL FORTALECIMIENTO DE LOS VÍNCULOS

Leonice Leite CARLOS²

Ana Lucia Ferreira da SILVA³

Resumo: Este trabalho tem como tema a elaboração de uma proposta pedagógica para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Seu objetivo geral é discutir a necessidade de proposta pedagógica para unidades que ofertam este serviço para crianças e adolescentes, por meio de ações educativas no campo da educação não formal. Foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise documental, com base em análise qualitativa. O estudo tem como foco refletir sobre a necessidade de uma proposta pedagógica que seja pensada a partir de um trabalho pautado na perspectiva da emancipação humana. Dentre os resultados obtidos, destaca-se como fundamental a elaboração de uma proposta pedagógica e ressalta seu papel em espaços de educação não formal, como as unidades que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Palavras-chave: Educação não-formal, Proposta pedagógica, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um curso de especialização que possibilitou refletir e discutir a importância e a necessidade de uma proposta pedagógica para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um espaço que oferta ações educativas

¹ O presente artigo é resultante do Curso de Especialização em Política e Gestão da Educação ofertado pelo Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina.

² Pedagoga e integrante do Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação, Políticas Sociais e Direitos Humanos. Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, Brasil. Email: leoniceleiteloira@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2380-7782>.

³ Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, Brasil. Email: a.ferreira@uel.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7602-2810>.

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n2.p117-132>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

no campo da educação não formal para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Parte-se do pressuposto de que, por meio do trabalho, o homem modificou a natureza como forma de manter sua sobrevivência, criando ferramentas e objetos que estão impressos na história; o homem tornou possível às gerações futuras o acesso à cultura e “[...] cada indivíduo aprende a ser homem” (LEONTIEV, 1978, p. 267), na medida em que este sujeito vai se apropriando da cultura humana produzida. E, conforme argumenta Yazbek (2014), o homem fez a luta pelos direitos civis e pela igualdade através do trabalho intelectual objetivado. Dentre os direitos civis, o direito à educação é um dos mais citados enquanto processo de formação intelectual e humana, ou seja, quando se discute o agir do homem em sociedade. Nesse sentido, este estudo parte da compreensão da educação enquanto direito e enquanto espaço para a aprendizagem de direitos e, por conseguinte, de luta por direitos.

Emergido na luta pelos direitos humanos e com relevância social na sociedade vigente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço que se enquadra no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e propõe-se à realização de atendimento a grupos de diferentes faixas-etárias, podendo ser destinado a crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos, que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. O Serviço propõe o desenvolvimento de ações socioeducativas coletivas e planejadas a partir das necessidades e interesses dos sujeitos e grupos, incentivando a participação social e acolhendo também a comunidade e as famílias que frequentam o espaço por meio de trabalhos em grupos, realização de palestras e atividades que possibilitem às pessoas o sentimento de pertença e resgate de sua identidade.

O presente trabalho visa discutir o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tendo como objetivo refletir sobre a necessidade de elaboração de uma proposta pedagógica para este serviço. Tendo em vista que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está circunscrito no âmbito da Proteção Social Básica da Assistência Social, o estudo proposto se justifica, uma vez que o pedagogo tem se tornado presença ativa em espaços que desenvolvem ações socioeducativas e os conhecimentos advindos de sua formação podem contribuir para as diferentes etapas do desenvolvimento do trabalho, seja no sentido de pensar uma proposta pedagógica, no planejamento das ações, auxiliando a equipe a compreender as especificidades da educação não formal, mediando conflitos junto aos diferentes sujeitos ou ainda organizando o trabalho pedagógico. Cada vez mais o trabalho do pedagogo vem recebendo reconhecimento também em espaços educativos não formais, como no caso do serviço ofertado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, foco deste trabalho.

Como objetivo geral propõe-se a discutir a necessidade da proposta pedagógica para unidades que ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Como objetivos específicos visa entender o que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos; compreender o que é a proposta pedagógica e qual seu papel nos espaços de educação não formal; e refletir sobre a atuação do pedagogo no processo de organização e execução de atividades socioeducativas em espaços não formais.

Para tanto, este estudo, ao longo de seu desenvolvimento, foi pautado em pesquisa qualitativa, a qual possibilita uma ampliação e especificidade sobre o objeto pesquisado, sendo esta abordagem utilizada em pesquisas no campo da educação por estabelecer uma relação intrínseca entre o pesquisador e o objeto investigado.

O estudo foi realizado tendo como base a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Severino (2007, p. 122), se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em materiais como livros, artigos, teses, entre outros, e “Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”. De acordo com Severino (2007, p. 122) “Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” e o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos selecionados para a pesquisa.

Por fim, também foi realizada uma análise documental, que, conforme Ludke e André (1986), favorece melhor compreensão de dados já obtidos por outras formas de coleta de dados e pode auxiliar também no desvelamento de aspectos novos de um tema ou problema. Os documentos analisados dizem respeito à legislação e demais orientações relativas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre esses os documentos Brasil (2005), Brasil (2009) e Brasil (2017).

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO SEUS ESPECIFICIDADES

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço que compõe a política de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Neste Serviço são ofertadas atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a faixa-etária dos usuários e os atendimentos são realizados em grupos.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) orienta os usuários para serem inseridos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Os critérios para a inserção do usuário no SCFV são estar vinculado ao CRAS, pertencer à região, ter acesso ao cadastro único, estar em situação de vulnerabilidade, cometida por diversos fatores biológicos, políticos, econômicos, e por acesso aos direitos constitucionais ou até mesmo pelo enfrentamento das situações adversas da família. Este serviço deve ampliar trocas culturais e de vivências entre as pessoas, visando o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade por meio do fortalecimento de vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio comunitário e atuando diretamente nos territórios de vulnerabilidade.

Os estudos de Schmidt e Silva (2015) apontam que, a partir dos anos 2000, a política de Assistência Social assumiu papel central nas estratégias governamentais, e que visa articular ações educativas e atendimentos socioassistenciais, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), que prevê ações socioeducativas voltadas para a faixa etária de 6 a 17 anos. Tais ações objetivam a proteção, a socialização e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destaca-se que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2005) é organizada por graus de complexidade, as quais dizem respeito à proteção, ao impacto de riscos (no indivíduo e em sua família). Para sua efetivação, esta política deve contar com a rede socioassistencial, a qual é pensada com base no território e se constitui como um dos caminhos para superar, na prática, a fragmentação dessa política “[...] o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar” (BRASIL, 2005, p. 92).

As ações socioeducativas passaram a ter maior visibilidade nas políticas, programas e projetos de governo e suas ações estão vinculadas a conceitos, como inclusão, promoção social e protagonismo, a serem perseguidas pelas políticas relacionadas à Assistência Social⁴ e à Política Nacional em vigor, as quais apontam a importância dessas ações. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, oferta os serviços socioassistenciais e de acordo com o documento Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) e a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005), esses serviços são organizados por níveis de proteção e complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Em todos os níveis de proteção e complexidade, a presença e atuação do pedagogo pode ser identificada, tanto no processo de organização e execução de atividades socioeducativas, quanto em ações que dizem respeito à articulação intersetorial⁵. Sua atuação tem como foco a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes no que respeita a direitos fundamentais, em conformidade ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

⁴ “A Assistência Social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de Assistência Social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal”. Informações obtidas no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acao-a-informacao/acoes-programas>; em 17 janeiro de 2021.

⁵ Conforme estabelece o documento, a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social e, considerando as características da população por ela atendida, deve inserir-se na articulação intersetorial junto a outras políticas sociais, em especial as políticas “[...] públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos” (BRASIL, 2005, p. 1)

A Proteção Social Básica, em conformidade ao que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, é operacionalizada com a execução dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), serviço este executado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e “Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo” (BRASIL, 2014, p.12), e estabelece, dentre outras ações, campanhas socioeducativas, atividades comunitárias, mobilização e fortalecimento da rede de apoio.

Gohn (1997) destaca a década de 1990 como sendo de expansão e indignação por parte dos trabalhadores e de promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), importante momento de ganhos em termos legais para a classe trabalhadora, bem como para segmentos historicamente marginalizados. Portanto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) nasce no bojo dos movimentos sociais, aliados às questões vivenciadas e suas condições de vida, sendo que o SCFV pode auxiliar os filhos de trabalhadores no contraturno escolar por meio de ações educativas, as quais, dentre outros objetivos, visam a formação para a cidadania. Sabe-se que a maioria dos responsáveis trabalha o dia todo deixando seus filhos muitas vezes sozinhos em casa. Nesta perspectiva cabe destacar que uma vez inseridas no SCFV, as crianças e adolescentes passam a estar em contato com atividades educativas que visam contribuir para uma formação política e cultural, que diferem em termos de objetivo, atenção e prioridade dos conhecimentos que receberão na escola.

Nesse espaço são atendidas crianças, adolescentes e jovens, cuja inserção ao serviço se dá de 06 a 13 anos na Modalidade I e dos 12 aos 16 anos na Modalidade II, aos quais são ofertadas atividades que visam o desenvolvimento de suas potencialidades, da autonomia, do fortalecimento de vínculos sociais e familiares de forma a prevenir e enfrentar as vulnerabilidades sociais a que estão expostos. As crianças e adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são inseridos no serviço em período do contraturno escolar.

O documento Parâmetro Socioeducativo (SÃO PAULO, 2007) foca na referida política, no sentido de observar suas potencialidades, aprimorar a cultura, ofertando condições para superar a condição inicial da criança ou adolescente que foi inserida/o no serviço. Neste serviço, o pedagogo tem o papel de coordenar, planejar e desenvolver junto à equipe de educadores e comunidade, uma proposta pedagógica que seja adequada às necessidades e anseios do grupo e que tem como objetivo nortear o trabalho educativo da instituição.

Sendo o pedagogo o profissional capacitado para atuar nos espaços educativos, sua formação necessita ser sólida e dar ao graduando condições de atuar nos espaços de educação não formal, espaço este que também é um campo de atuação do pedagogo. Na universidade espera-se que esse profissional seja preparado para exercer a função de professor, educador, coordenador e gestor. Nos cursos de Pedagogia, algumas

instituições ofertam uma disciplina que trata da especificidade acerca da educação não formal⁶ e apresenta esse espaço para que o pedagogo possa atuar, no entanto, destaca-se que nem todo curso de Pedagogia tem ofertado, para a formação, este campo de atuação profissional, o qual poderá atuar em diferentes espaços, com diferentes sujeitos/grupos e faixas-etárias, em diferentes contextos sociais.

Segundo Gohn (2006, p. 29), na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em “[...] territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais [...] a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação”.

Quando se discute a educação não formal, a construção do conhecimento parte do princípio do ser coletivo, projetando a interação entre os grupos de crianças e adolescentes, com uma proposta que deve partir da realidade local na convivência com especificidades e particularidades, para que possa haver uma ressignificação dos conhecimentos, para que os envolvidos no processo educativo possam partilhar as situações que ocorrem cotidianamente a realidade social e local em que estão inseridos. Com base em Gohn (2006), é possível afirmar que a educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem “cidadãos do mundo, no mundo” e sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos em suas relações sociais. Sobre seus objetivos, destaca que estes “[...] não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades”. (GOHN, 2006, p.29)

Considera-se que as ações a serem desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos devem ser pensadas e organizadas a partir de uma intencionalidade educativa⁷, considerando que este é um dos princípios da educação não formal⁸, conforme estudos de Silva e Perrude (2013). Para as autoras, nesta forma de oferta de ações formativas no campo da educação não formal, são consideradas atividades educativas aquelas que acontecem em contraturno escolar, abordando temas como a

⁶ Destaca-se que o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina esta preocupação tem se apresentado e trazido em seu currículo (desde o ano de 2005, bem como em subsequentes reformulações), uma disciplina que trata deste assunto, além de propiciar a vivência formativa por meio de um dos estágios, no caso, o Estágio Supervisionado em Gestão da Educação não formal.

⁷ Sobre a questão da intencionalidade educativa, apresenta-se a definição trazida por Sá (2000, p. 17) como sendo “Intencionalidade educativa no sentido ético-político, se organiza de uma dada maneira, está implícita ou explícita uma determinada metodologia com o objetivo de atingir fins definidos, há sujeitos destinatários ou participantes envolvidos nesta práxis”.

⁸ Sobre esta questão, as autoras apresentam a discussão a partir de campos ou dimensões, destacando-se: “[...] o primeiro relativo à aprendizagem política, uma vez que este elemento se faz importantíssimo para a formação dos sujeitos em qualquer etapa de suas vidas e, o último, por entendermos que este melhor representa o foco abordado, ou seja, trata-se de trabalhar com temas e conteúdos que envolvem o processo de escolarização, mas diferem daquela proposta pela educação formal, tanto no que diz respeito a forma, quanto a organização destes conteúdo no espaço-tempo com que estes são trabalhados” (SILVA, PERRUDE, 2013, p.51).

formação política e formação para a cidadania, elementos de extrema importância para a formação do ser humano.

Apresenta-se uma definição de educação não formal embasada nos estudos de Gohn (2010, p. 31), quando a autora afirma que:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor.

Nesse sentido, a educação não formal proporciona a construção de saberes relacionados à política, aos direitos constitucionais e aos deveres como cidadãos de direitos, além de propiciar a vivência coletiva e a ampliação das capacidades e habilidades voltadas ao convívio social.

Para tanto, as demandas dos temas são observadas no cotidiano, assim é possível desenvolver diferentes temáticas de acordo com as situações que podem emergir durante os encontros. Essa construção tem em suas bases a justiça social, em que são dialogadas e indagadas questões sobre direitos e deveres a partir da Constituição Federal de (1988) e o Estatuto da Criança e Adolescente (1990). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma ação da Assistência Social, enquanto um serviço de proteção básica, conforme anteriormente mencionado.

Com a finalidade de que as crianças e adolescentes sejam inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, as famílias devem procurar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e realizar o Cadastro Único, um registro que possibilita ao governo identificar as famílias de baixa renda do país, criado pelo Governo Federal e que é atualizado pelas prefeituras. Após a atualização deste sistema, as famílias buscam a regulamentação nos CRAS para, então, serem encaminhadas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo mais próximo de sua residência, sendo este um serviço que: “Possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais” (BRASIL, 2017, p. 8) e busca o acesso e permanência de crianças e adolescentes para o desenvolvimento de ações que são orientadas por faixa etária, no sentido de desenvolver habilidades de convívio, respeito, segurança, discussão sobre direitos constitucionais, valores da vida em grupo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos objetiva promover a convivência social e projeta o trabalho preventivo voltado ao protagonismo social e à participação cidadã. Para Laredo *et al* (2017, p. 121), é preciso destacar a necessidade de um trabalho articulado e contextualizado, o que, portanto, irá implicar em uma articulação com as famílias permitindo identificar suas demandas e potencialidades “[...] rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas, suas ações prioritárias devem ter a preocupação de prevenir e reintegrar as crianças e os adolescentes junto a família e a comunidade”.

Essa articulação com as famílias potencializa sujeitos e grupos e rompe com as situações de vulnerabilidades, pois, quando é realizada a articulação e ofertadas diferentes ações como palestras, cursos, orientações para as famílias inseridas no SCFV, as mesmas se envolvem, participando efetivamente e potencializando a participação de crianças e adolescentes. Silva e Perrude (2013) asseveram que parte das entidades vem desenvolvendo ações de caráter complementar ao formal, ou seja, oferecem atividades que não são contempladas no ensino formal.

As ações educativas complementam o desenvolvimento de crianças e adolescentes promovendo o desenvolvimento intelectual, o convívio social e promovendo a convivência dentro e fora do espaço do SCFV. O trabalho pedagógico desenvolvido objetiva contribuir no processo de aquisição de conhecimentos sobre diferentes temas como cultura, lazer, saúde, alimentação, higiene pessoal, respeito, qualidade de vida, direitos, dentre outros.

PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Ao pensar-se na elaboração de uma proposta pedagógica para um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, parte-se do princípio de que seja necessário conhecer a realidade local da comunidade em que o serviço está inserido, pois é nesta ótica que os atendimentos com crianças e adolescentes irão acontecer.

Ao discutir sobre a necessidade de construção de proposta pedagógica no âmbito da educação não formal, sua perspectiva deve ser baseada na emancipação humana⁹. Sendo assim, a ação desta proposta pedagógica somente terá sentido se os atores que efetivamente atuam no interior da instituição atuarem em sua elaboração, execução, avaliação, identificando seus princípios em suas ações e práticas cotidianas, tanto no planejamento, quanto no desenvolvimento das oficinas.

De acordo com Ferreira (2013, p.13693):

⁹ Emancipação no sentido de dar autonomia e desenvolver autonomia, numa via de mão dupla – educador-educando – e numa perspectiva democrática e transformadora [...] promovendo a criatividade e a crítica. (FERREIRA, 2013, p.13689)

Acreditamos que é possível uma práxis pedagógica emancipadora que se realize, efetivamente, na escola e a partir da escola. Partilhamos da esperança freireana, do papel da Educação e principalmente do educador, da consciência de que “não há docência sem discência” e de que não é possível separar o ato de educar da vivência ética, política, estética.

Sendo assim, a educação não formal pode contribuir para com inúmeros resultados no desenvolvimento do trabalho propiciado por meio de ações e reflexões para a emancipação dos sujeitos, gerando liberdade de reflexão, promovendo sua autonomia em sociedade.

Gohn (2006, p. 30) assinala alguns atributos acerca da educação não formal e destaca que esta não é organizada por séries/idade/conteúdos, mas atua sobre aspectos subjetivos do grupo e trabalha e forma a cultura política de um grupo e desenvolve laços de pertencimento. Contribui na construção da identidade coletiva do grupo e pode colaborar para o

[...] desenvolvimento da auto-estima e do *empowerment* do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

Em se tratando de espaços coletivos como o SCFV, este é o segmento que colabora efetivamente com a escola e outras organizações, pois oportuniza a crianças e adolescentes o desenvolvimento da cultura, da ética, de valores e construção social do seu entorno.

O pedagogo gestor desenvolvendo seu trabalho no SCFV partindo de princípios da educação não formal, necessariamente precisa estar amparado por um suporte metodológico para pensar a organização e o desenvolvimento das ações, as quais podem se dar, dentre outras formas, por meio de oficinas. Isso significa que o trabalho deste profissional vai muito além do assistencialismo, voltando-se para o desenvolvimento de valores para a interação que ocorre entre os sujeitos, o respeito e elaboração de novos conceitos. Nas relações cotidianas, os educadores buscam desenvolver suas ações junto a crianças e adolescentes, estes devem se pautar por metodologias que busquem contemplar as dimensões individuais e coletivas a fim de atingir os objetivos do trabalho. Assinala-se que é necessário que o educador receba suporte teórico e metodológico, conhecimentos específicos e busque uma formação continuada.

As análises de Fuhrmann e Paulo (2014, p.562) auxiliam na compreensão de que

[...] a ausência de orientação legal para o trabalho socioeducativo despersonaliza o Serviço e cria obstáculos de qualidade de nivelamento entre os estabelecimentos que o executam”. Ressaltam as autoras que a qualificação profissional dos educadores sociais, das coordenações, da equipe multiprofissional de suporte e o conteúdo programático das atividades não formais variam entre as instituições, sendo, portanto, que este aspecto deva ser repensado.

Desta forma, há várias possibilidades dentro do SCFV para o desenvolvimento de aprendizagens e essas se refletem em conhecimentos relativos ao convívio social com crianças e adolescentes sendo, portanto, necessário pensar a formação do educador como subsídio para atuação e execução das demandas neste serviço. Para que esse objetivo seja alcançado é necessário que aconteça uma aproximação da família, escola, posto de saúde, escolas, CRAS e associação do bairro, entre outros serviços para que se possa construir uma rede de proteção¹⁰ e colaboração para o desenvolvimento da criança e adolescente que estão inseridos no serviço. A mediação dos conhecimentos ocorre pelas relações que são estabelecidas no cotidiano entre educador e educando no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para tanto, ao se desenvolver uma ação, esta deve ser pensada, elaborada, analisada para, então, chegar-se a sua execução.

Para Gadotti (2000, p. 37), todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas futuras e para o autor, projetar significa

[...] tentar quebrar um estado confortável a fim de arriscar-se e atravessar um período de instabilidade para que seja possível buscar uma nova estabilidade em função da promessa de que cada projeto contém no sentido de que se constitui em proposta melhor do que o presente, uma vez que: ‘Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas’. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Com esse direcionamento é possível ao profissional pedagogo planejar ações, direcionar sua rotina a fim de que possa romper com os modelos que foram construídos em outros tempos e apontar direcionamentos que poderão ser mudados com o passar dos anos, sempre visando atender as necessidades e especificidades sejam das crianças e adolescentes e/ou suas famílias, compondo o cenário e o cotidiano da mesma.

Parte-se do princípio de que para a elaboração de uma proposta pedagógica seja necessário conhecimento científico, tempo, trabalho coletivo e planejamento. A medida em que uma proposta pedagógica é construída em uma unidade que oferta o Serviço de

¹⁰ É uma diretriz de todas as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente dada a multifatorialidade e diversidade das vulnerabilidades sociais. A intersetorialidade tem como foco promover o atendimento/acompanhamento integral da criança, adolescente e suas famílias considerando a necessidade da complementariedade das ações das diversas políticas públicas envolvidas. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/> Clicar em: Rede Socioassistencial e Intersetorial. Acesso em: 17 abr. 2021.

Convivência e Fortalecimento de Vínculos, esta poderá contribuir para a organização do trabalho pedagógico na unidade.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

É preciso destacar que não apenas no processo de elaboração da proposta pedagógica se deve observar as especificidades do trabalho, como também é preciso ressaltar as especificidades relativas ao desenvolvimento desta proposta, tendo em vista que se trata de tarefa das mais importantes para uma instituição que oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Nesse sentido, é preciso observar que a proposta pedagógica deverá proporcionar o envolvimento de toda a equipe nas discussões, opiniões em relação às suas ocupações e funções, pois, com visões de mundo distintos e singulares, os sujeitos são construídos em sua subjetividade. A análise de Freire (1987) contribui para melhor compreensão dessa questão, visto que em sua percepção a realidade social, objetiva, que não existe por acaso “mas como produto da ação dos homens”, também não se transforma por acaso. “Se os homens são os produtores desta realidade e se está, na ‘invasão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”. (FREIRE, 1987, p.20, grifo no original).

Sendo assim, a transformação do ser humano se dá pela ação e pela reflexão, as quais são ações que permeiam os encontros cotidianos nos diferentes espaços de educação não formal. “Apreender a Dimensão Pedagógica do trabalho educativo não-escolar no âmbito das relações contraditórias da sociedade contemporânea é entender as possibilidades históricas de transformação social através do trabalho de elevação cultural e moral dos sujeitos históricos” (SÁ, 2000, p.176).

De acordo com Gohn (2009, p.32):

Podemos localizar a grande área de demandas da educação não formal como a área de formação para a cidadania. Esta área desdobra-se nas seguintes demandas:

- a) Educação para justiça social.
- b) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.).
- c) Educação para liberdade.
- d) Educação para igualdade.
- e) Educação para democracia.
- f) Educação contra discriminação.
- g) Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais.

Tendo como base os estudos de Gohn (2009), podemos afirmar que a educação não formal propicia uma base importante a ser considerada, tanto no sentido da formação dos profissionais que atuam nos diferentes espaços que ofertam ações educativas no campo não formal, quanto dos sujeitos frequentadores desses espaços. Portanto, sua contribuição para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se constitui, em nossa perspectiva, enquanto primordial, uma vez que esta contribui com pressupostos teóricos para se pensar o trabalho educativo nos espaços não formais. Os envolvidos nesse processo se desenvolvem em suas especificidades, tanto no que se refere a aspectos cognitivos quanto nos aspectos emocionais e aos relativos a suas habilidades motoras, aprendizagens comportamentais, fala, autoestima, vínculo familiar, entre tantas outras aprendizagens. Tais aspectos, em nossa perspectiva, reforçam a importância e a necessidade de que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deva propor suas ações a partir da elaboração de uma proposta pedagógica que seja subsidiada a partir da contribuição teórica da educação não formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visa promover o desenvolvimento intelectual, psicológico, afetivo, emocional de crianças e adolescentes e suas famílias.

Neste contexto, a proposta pedagógica tem papel crucial enquanto orientadora do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam neste espaço, como também dos demais profissionais que atuam na instituição e na comunidade. A construção e elaboração desta proposta deverão ser feita de forma democrática, contando com a participação de todos os envolvidos e cabe ao pedagogo gestor ter o conhecimento necessário para organizar o processo de elaboração e oportunizar o trabalho para que todos os envolvidos possam contribuir com esse documento.

As ações educativas, como no caso as instituições que são conveniadas com o poder público, devem seguir as orientações do SCFV, pois, quando não são pensadas tais ações e estabelecidos seus objetivos, o trabalho desses profissionais acaba por perder, no dia a dia, seu sentido, seu significado, desestimulando trabalhadores/educadores e, principalmente, os sujeitos que se constituem o foco da ação educativa. Por isso, a partir do estudo realizado, é possível afirmar que quando a instituição se preocupa com que a oferta do serviço alcance os objetivos pretendidos, a elaboração de uma proposta pedagógica é um passo importante junto à equipe que realiza o trabalho.

Desta maneira, uma proposta pedagógica para o trabalho a ser desenvolvido no SCFV pode ser utilizada como uma bússola para a reconstrução dos pensamentos, aprimoramento de ações que promovam a convivência social e as relações interpessoais, a qualidade de vida, elevando a autoestima das crianças e adolescentes, propiciando

vivências em que o próprio educando possa desenvolver suas capacidades, sendo protagonista de sua própria história.

Conclui-se que a elaboração de uma proposta pedagógica para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deva partir da compreensão do que seja este serviço, bem como da contribuição da educação não formal para o alcance de objetivos educativos, uma vez que esta poderá fornecer as bases para o processo de elaboração de uma proposta pedagógica que preze pela formação para a cidadania e pela busca da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

CARLOS, L. L.; SILVA, A. L. F. Reflections on a pedagogic propose for the Services of Coexistence and Strengthening of Bonds . *ORG & DEMO* (Marília), v. 23, n. 2, p. 117-132, Jul./Dez., 2022.

Abstract: This work's objective has as theme the elaboration of a pedagogical proposal for the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds. The general objective is to discuss the necessity of a pedagogic proposal for the units that offers this service for children and adolescents, via educative actions in the fields of the non-formal education. Its development was through a bibliographic research and document analysis, according to a qualitative screening. The focus of this study is to reflect on the necessity of a pedagogical proposal thought from a work based on the perspective of the human emancipation. Among the obtained results, the highlighted as fundamental is the elaboration of a pedagogical proposal and emphasizes its role in non-formal educational spaces, such as the units that offers the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds.

Keywords: Non-formal education, Pedagogic propose, Coexistence and Strengthening of Bonds.

Resumen: Este trabajo tiene como tema la elaboración de una propuesta pedagógica para el Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos. Tiene como objetivo general discutir la necesidad de una propuesta pedagógica para las unidades que ofrecen este servicio a niños y adolescentes, a través de acciones educativas en el campo de la educación no formal. Fue desarrollado a través de una investigación bibliográfica y análisis de documentos, con base en el análisis cualitativo. El estudio se centra en reflexionar sobre la necesidad de una propuesta pedagógica que se piense desde un trabajo basado en la perspectiva de la emancipación humana. Entre los resultados obtenidos, se destaca como fundamental la elaboración de una propuesta pedagógica y enfatiza su papel en espacios de educación no formal, como las unidades que brindan el Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos.

Palabras clave: Educación no formal, Propuesta pedagógica, Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069 de 1990 e suas alterações. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Orientações para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Departamento de Proteção Social Básica (DPSB), 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/ acesso_informacao/Perguntas_Frequentes_SCFV_032017.pdf Acesso em: mar. 2021.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

FERREIRA, João Vicente Hadich. Paulo Freire e Adorno: confluências e contribuições para uma práxis pedagógica emancipadora e libertadora. **Anais... XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba de 23 a 26 de setembro de 2013. Disponível em: <https://catedra.ucb.br/2012/12/xi-congresso-nacional-de-educacao-educere/> Acesso em: mar. 2021.

FONSECA, Fábio do Nascimento. **Acerca da ampliação dos espaços de atuação profissional do pedagogo:** inquietações, ponderações e cautelas. João Pessoa, ago., 2006. Disponível em: <http://www.wikilearning.com/articulo/> Acesso em: 12 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FUHRMANN, Nadia; PAULO, Fernanda dos Santos. A Formação de educadores na educação não formal pública. **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr/jun, 2014. Disponível: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, p. 36-40.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio.** Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxv5H54GYdfQ/?lang=pt> Acesso em: abr. 2021.

- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1> Acesso em: mar. 2021.
- LAREDO, Lisa. Um olhar para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos junto a adolescentes. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n.7, p. 109-127, abr., 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/80> Acesso em: mai. 2021.
- LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).
- SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação. O trabalho do pedagógico nos processos educativos não-escolares. **Educar**. Curitiba, n. 16, p. 171-180, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/whtVxwyZw6V3w7KLTZj863q/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: mai. 2021
- SÃO PAULO. **Parâmetros das ações socioeducativas igualdade como direito, diferença como riqueza**. São Paulo: Secretaria municipal de assistência e desenvolvimento social e Cenpec, 2007. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2019/07/parametros_socioeducativos_cenpec_1.pdf Acesso em: mar. 2021.
- SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo; SILVA, Mossicléia Mendes da. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. **Katál**. Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun., 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/pt_1414-4980-rk-18-01-00095.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Ana Lucia Ferreira da; PERRUDE, Marleide Rodrigues. Atuação do pedagogo em espaços não-formais: algumas reflexões. **Revista Eletrônica Pro-docência**. Londrina, n. 4, v. 1, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/Volume4/TEXT0%205%20-%20p.%2046%20a%2056.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOZA, Rosimary G. (Org.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014, p. 09-286.

Submetido em: 22/09/2022

Aceito em: 27/12/2022

